

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
Betim – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil..

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

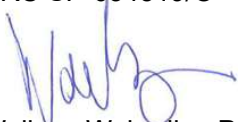
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de julho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Balço Patrimonial

para os exerccios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota				
	Explicativa	2024	2023	2024	2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	4.038	4.043	6.044	8.895
Ttulos e valores mobiliários	6.2	-	61	116	317
Contas a receber de clientes	7	14.822	13.218	27.827	22.864
Mtuos a receber de partes relacionadas	15	8.554	11.147	-	-
Estoques		1.878	1.749	2.960	2.748
Dividendos a receber	9	2.155	2.555	-	-
Impostos a recuperar	8	5.580	2.817	7.879	3.891
Outras contas a receber		335	696	500	866
Adiantamento a fornecedores		792	487	962	571
Total do ativo circulante		38.154	36.773	46.288	40.152
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Ttulos e valores mobiliários	6.2	243	312	986	1.210
Impostos a recuperar	8	-	-	-	11
Contas a receber de clientes	7	22.918	23.451	23.208	23.828
Mtuos a receber de partes relacionadas	15	4.288	2.323	-	-
Ativo fiscal diferido	19	-	-	591	225
Outras contas a receber		-	2	-	2
Depósitos judiciais	10	232	210	303	242
		27.681	26.298	25.088	25.518
Investimentos	11	38.542	36.422	-	-
Imobilizado	12	39.672	38.088	89.542	81.056
Direito de uso - Arrendamento		15	77	53	172
Intangível	13	-	-	34.066	37.463
		78.229	74.587	123.661	118.691
Total do ativo não circulante		105.910	100.885	148.749	144.209
TOTAL DO ATIVO		144.064	137.658	195.037	184.361

		Controladora		Consolidado	
	Nota				
	Explicativa	2024	2023	2024	2023
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	8.331	7.403	11.033	9.685
Empréstimos e financiamentos	16	5.250	5.651	10.621	14.612
Passivo de arrendamento	16	16	63	57	120
Salários, benefícios e encargos sociais	17	6.796	6.184	8.463	7.554
Impostos, taxas e contribuições	18	7.991	6.559	10.111	8.145
Dividendos a pagar	9	4.512	4.512	4.522	4.522
Adiantamentos de clientes		41	8	111	15
Outras contas a pagar		34	-	79	-
Total do passivo circulante		32.971	30.380	44.997	44.653
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	-	-	-	7
Mtuos a pagar a partes relacionadas	15	-	-	2.853	3.056
Empréstimos e financiamentos	16	8.482	13.631	29.464	29.835
Passivo de arrendamento		-	16	-	57
Impostos, taxas e contribuições	18	1.985	1.884	2.288	1.957
Passivo fiscal diferido	19	2.218	3.575	2.218	3.575
Provisões	20	860	860	3.316	3.196
Total do passivo não circulante		13.545	19.966	40.139	41.683
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	26.367	26.367	26.367	26.367
Reserva de capital		580	580	580	580
Reservas de lucros		66.378	56.591	66.378	56.591
Reservas de Subvenção para Investimentos		4.223	3.774	4.223	3.774
Total do patrimônio líquido dos controladores		97.548	87.312	97.548	87.312
Participação dos não controladores	11.1	-	-	12.353	10.713
Total do patrimônio líquido		97.548	87.312	109.901	98.025
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		144.064	137.658	195.037	184.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.**Demonstrações dos Resultados**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	22	97.301	92.645	145.377	130.524
Custo dos serviços prestados	23	(80.548)	(76.546)	(114.375)	(105.177)
Lucro bruto		16.753	16.099	31.002	25.347
Receitas e despesas operacionais					
Despesas comerciais	24	(287)	(324)	(520)	(199)
Despesas administrativas	25	(4.901)	(2.647)	(6.865)	(3.973)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	1.563	1.365	1.776	1.065
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.120	1.199	-	-
Receitas e despesas operacionais, líquidas		(1.505)	(407)	(5.609)	(3.107)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		15.248	15.692	25.393	22.240
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	27	3.022	3.073	1.421	2.216
Despesas financeiras	27	(4.424)	(3.401)	(9.887)	(7.840)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.402)	(328)	(8.466)	(5.624)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.846	15.364	16.927	16.616
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	(5.416)	(4.191)	(7.223)	(5.042)
Diferido	19	1.357	(166)	1.723	(20)
Incentivo lucro da exploração		449	806	449	806
Lucro líquido do exercício		10.236	11.813	11.876	12.360
Atribuível à:					
Acionista da controladora				10.236	11.813
Participação de não controladores				1.640	547
				11.876	12.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.236	11.813	11.876	12.360
Total do resultado abrangente da Companhia	10.236	11.813	11.876	12.360
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			10.236	11.813
Acionistas não controladores			1.640	547
Resultado abrangente total			11.876	12.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Reserva de subvenção para investimentos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	26.367	580	2.405	43.415	2.732	-	75.499	10.166	85.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.813	11.813	547	12.360
Reserva legal	-	-	551	-	-	(551)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	10.220	-	(10.220)	-	-	-
Reserva de subvenções para Investimentos	-	-	-	-	1.042	(1.042)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	26.367	580	2.956	53.635	3.774	-	87.312	10.713	98.025
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.236	10.236	1.640	11.876
Reserva legal	-	-	512	-	-	(512)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	9.275	-	(9.275)	-	-	-
Reserva de subvenções para Investimentos	-	-	-	-	449	(449)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	26.367	580	3.468	62.910	4.223	-	97.548	12.353	109.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		10.236	11.813	11.876	12.360
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações, amortizações, exaustões e ativo do direito de uso	12 e 13	3.929	3.728	9.876	8.827
Baixa de imobilizado e intangível	12 e 13	762	27	889	1.338
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.120)	(1.199)	-	-
Ganho/(perda) contraprestação contingente	4.3h	-	142	-	142
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, arrendamento	16	1.936	1.909	5.428	4.396
Rendimentos financeiros inerentes a títulos e valores mobiliários	6.2	(7)	(22)	(96)	(131)
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	15	(2.461)	(2.282)	-	-
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	15	-	91	277	430
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	20	(375)	12	(713)	353
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	20	224	(163)	664	(58)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	7	129	(104)	274	(811)
Provisão para contingências	20	151	(96)	169	(142)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	8	4.967	3.385	6.774	4.236
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(1.357)	166	(1.723)	20
Aumento / Redução nos ativos operacionais					
Títulos e valores mobiliários	6.2	137	(20)	521	(157)
Contas a receber de clientes	7	(1.126)	(219)	(4.611)	(124)
Partes relacionadas	15	(74)	(137)	(6)	35
Impostos a recuperar	8	(2.763)	524	(3.977)	121
Estoques		(129)	(131)	(212)	(492)
Dividendos recebidos	9	400	-	-	-
Outras contas a receber		363	505	368	460
Adiantamento a fornecedores		(305)	(487)	(391)	(571)
Depósitos judiciais	10	(22)	282	(61)	270
Aumento / Redução nos passivos operacionais					
Fornecedores	14	379	374	557	(445)
Partes relacionadas	15	549	(37)	784	(300)
Salários benefícios e encargos sociais	17	612	(1.531)	909	(1.387)
Impostos taxas e contribuições	18	(1.050)	3.437	(241)	3.920
Impostos de renda e contribuição social	18	(1.488)	(4.302)	(2.635)	(5.039)
Adiantamento de clientes		33	8	96	15
Outras contas a pagar		34	(255)	79	(255)
Contraprestação contingente		-	(4.157)	-	(4.157)
Caixa proveniente das operações		11.564	11.261	24.875	22.854
Pagamento de impostos sobre o lucro		(896)	(1.635)	(1.601)	(1.702)
Mútuos ativos - recebimento de juros	15	72	234	-	-
Mútuos passivos - juros pagos	15	-	(138)	(480)	(138)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	16	(1.927)	(1.937)	(5.725)	(4.918)
Passivo de arrendamento - juros pagos		(3)	(5)	(6)	(13)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		8.810	7.780	17.063	16.083
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuos ativos – concedidos	15	(4.191)	(13.357)	-	-
Mútuos ativos - recebimento principal	15	7.208	11.969	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	12	(6.213)	(5.480)	(15.093)	(13.452)
Aquisição de intangível	13	-	-	(642)	(4.917)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.196)	(6.868)	(15.735)	(18.369)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Mútuos passivos – captação	15	-	920	-	2.920
Mútuos passivos – pagamento de principal	15	-	(1.910)	-	(2.727)
Empréstimos e financiamentos – captação	16	-	6.000	8.660	19.540
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	16	(5.556)	(4.207)	(12.719)	(11.655)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal		(63)	(45)	(120)	(99)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(5.619)	758	(4.179)	7.979
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5)	1.670	(2.851)	5.693
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	6.1	4.043	2.373	8.895	3.202
No final do exercício	6.1	4.038	4.043	6.044	8.895
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5)	1.670	(2.851)	5.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Companhia” ou “Viasolo”), entidade controladora do Grupo Viasolo, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida da Praia,100 – Prédio II – Riacho das Areias, município de Betim - MG.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Viasolo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

A Viasolo é detentora de 99% das cotas da empresa Ecovia Valorização de Resíduos Ltda, cujo objeto social é a gestão de resíduos públicos através de concessão, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos, bem como toda e qualquer atividade correlata, podendo ainda participar de consórcios e em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

Em 25 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu da empresa Eco Participações Ltda., 60% das ações e o controle da Resíduo Zero Ambiental S.A. (“Resíduo Zero”), cujo objeto social é a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação; coleta; transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos; operações e construções de aterros sanitários e industriais; entre outros, com atuação limitada em determinados municípios do Estado de Goiás.

Em 06 de novembro de 2017 a Companhia passou a vigorar no quadro societário da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (“Alfenas”), com 51% das quotas que foram adquiridas da Construtora Contorno Ltda. Em 24 de agosto de 2020 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a Viasolo passou a ser detentora de 100% das cotas. Data considerada como a aquisição de controle.

A Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda., foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com a Prefeitura Municipal de Alfenas – MG. Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, prorrogável por mais 10 anos, à critério do Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2024 as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Empresa	Atividade principal	Local principal de atuação	Classificação	% Participação	
				2024	2023
Alfenas Ambiental Trat. de Res. e Limp. Urbana Ltda.	Resíduos públicos e privados (coleta)	Alfenas	Controlada	100,00%	100,00%
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaiate	Controlada	99,00%	99,00%
Resíduo Zero Ambiental S. A	Resíduos privados (coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos e incineração de resíduos industriais)	Guapó	Controlada	60,00%	60,00%

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 17 de julho de 2025.

2.2 Base de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que o deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis conforme as políticas contábeis da controladora. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações entre membros, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas, Controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Acionistas da Companhia e suas controladas

Empresa	%Participação	
	2024	2023
Revita Engenharia Ambiental S. A	51%	51%
Ambientis Soluções Ambientais S. A	49%	49%

2.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupos, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupos, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

2.5 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

2.6 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço de transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

2.8 Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

2.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros sobre mútuo e são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.10 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12 Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

2.13 Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.14 Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.15 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.16 Imobilizado**Reconhecimentos e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.17 Ativos intangíveis e ágio**Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O ágio não é amortizado.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.18 Instrumentos financeiros**a) Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPI, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos)

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VRJ	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

c) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas não reconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também não reconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f) Capital social**Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.19 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostos ao risco de crédito.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.21 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para transporte e tratamento de chorume

A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Viasolo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações têm como objetivo melhorar a transparência das demonstrações financeiras, com foco na divulgação mais detalhada dos acordos de financiamento de fornecedores. Esses ajustes visam proporcionar maior clareza sobre as transações nas quais os fornecedores oferecem crédito, mas com características específicas que impactam a liquidez e os pagamentos da entidade.

A IAS 7, que regula a apresentação dos fluxos de caixa, sofreu uma modificação importante no que diz respeito aos acordos de financiamento de fornecedores. As alterações exigem que as entidades divulguem mais informações sobre a natureza dos fluxos de caixa relacionados a tais acordos, especialmente quando houver uma diferença significativa entre a data de pagamento e o momento da entrega de bens ou serviços. Esse ajuste busca aumentar a transparência sobre os fluxos de caixa operacionais e financeiros, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras compreendam melhor a posição de liquidez da entidade.

Por sua vez, o IFRS 7 foi ajustado para exigir informações adicionais sobre os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores. As entidades agora devem divulgar detalhes sobre o impacto desses acordos nas obrigações financeiras e nos fluxos de caixa futuros. Esses acordos podem influenciar substancialmente o perfil de risco financeiro da entidade, especialmente no que se refere ao prazo de pagamento e às taxas de juros envolvidas. As modificações ao IFRS 7 visam garantir que as divulgações financeiras sejam mais detalhadas, permitindo aos investidores e demais stakeholders uma compreensão mais precisa do impacto desses acordos na exposição ao risco da entidade.

As alterações também incluem disposições de transição específicas para o primeiro período de aplicação anual, isentando as entidades de divulgar informações comparativas para períodos anteriores ao início da adoção dessas modificações, bem como de fornecer as informações exigidas pela IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de adoção.

Estas alterações não trazem impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de financiamento junto a fornecedores.

Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, no que se refere à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, têm como objetivo aprimorar a clareza e consistência das práticas contábeis, promovendo maior transparência na apresentação das obrigações financeiras. Essas mudanças visam evitar ambiguidades e garantir que as entidades classifiquem suas obrigações de forma precisa, com ênfase na liquidez e solvência.

De acordo com a IAS 1, a classificação dos passivos deve ser realizada com base na expectativa de liquidação dentro de um período de 12 meses após a data de encerramento do período de reporte. Esta classificação é crucial para a avaliação da posição financeira da entidade, especialmente no que se refere à sua capacidade de cumprir obrigações de curto e longo prazo.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras tratam da classificação de passivos não circulantes que contêm cláusulas contratuais (covenants), as quais podem afetar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações financeiras, impactando especialmente a liquidez e solvência. O objetivo dessas modificações é melhorar a transparência das demonstrações financeiras, proporcionando uma visão mais clara sobre como os covenants podem influenciar a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Companhia avaliou e essas alterações não trazem impactos em suas demonstrações financeiras.

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A recente alteração à IFRS 16 – Arrendamentos, relacionada ao Passivo de Arrendamento em transações de **“Sale and Leaseback”**, foi emitida para esclarecer a contabilização do passivo de arrendamento em situações em que um ativo é vendido, mas continua sendo arrendado pela empresa vendedora após a venda.

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de **“sale and leaseback”** que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um **“leaseback”** que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de **“sale and leaseback”** com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de **“sale and leaseback”** que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de **“sale and leaseback”** celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Estas alterações não trazem impactos à Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de **sales leaseback** no referido período. Assim, estas modificações à IFRS 16 não são aplicáveis à Companhia no presente exercício.

2.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Viasolo, estão descritas a seguir. A Viasolo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

As alterações à IAS 21 terão efeito para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025,

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2025. Entretanto, a Companhia entende que a adoção destas alterações não trarão impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).
- Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão.

A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 11 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detém influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 11 – Classificação de negócios em conjunto;
- Notas explicativas nº 12 e 13 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperada para registro de provisão sobre contas a receber.
- Notas explicativas nº 12 e 13 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.
- Nota explicativa nº 20 Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Instrumentos financeiros**4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins.

4.2 Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas. As atividades da Companhia e suas controladas o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

4.3 Risco de mercado**a. Risco de câmbio**

A Companhia não possui transações denominadas em moedas estrangeiras, consequentemente, não estão expostas às flutuações da taxa de câmbio.

b. Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. O cenário I é considerado pela administração da Companhia com o mais provável, considerando a manutenção dos saldos e os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Controladora 2024						
Exposição patrimonial	I - Exposição em R\$	Taxa de juros média + Efetiva 31/12/2024	II 25%	III + 50%	IV + (25%)	V + (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	4.038	CDI e TJLP	123	245	(123)	(245)
Títulos e valores mobiliários (6.2)	243		8	16	(8)	(16)
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	13.732		417	834	(417)	(834)
Efeito no resultado	18.013		548	1.095	(548)	(1.095)
Consolidado 2024						
Exposição patrimonial	I - Exposição em R\$	Taxa de juros média + Efetiva 31/12/2024	II 25%	III + 50%	IV + (25%)	V + (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	6.044	CDI, TJPL e IPCA	184	367	(184)	(367)
Títulos e valores mobiliários (6.2)	1.102		48	97	(48)	(97)
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	40.085		1.218	2.435	(1.218)	(2.435)
Efeito no resultado	47.231		1.450	2.899	(1.450)	(2.899)
Controladora 2023						
Exposição patrimonial	I - Exposição em R\$	Taxa de juros média + Efetiva 31/12/2023	II 25%	III + 50%	IV + (25%)	V + (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	4.043	CDI e TJLP	118	236	(118)	(236)
Títulos e valores mobiliários (6.2)	373		11	23	(11)	(23)
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	19.282		562	1.123	(562)	(1.123)
Efeito no resultado	23.698		691	1.382	(691)	(1.382)

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado 2023						
Exposição patrimonial	I - Exposição em R\$	Taxa de juros média + Efetiva 31/12/2023	II 25%	III + 50%	IV + (25%)	V + (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	8.895		259	518	(259)	(518)
Títulos e valores mobiliários (6.2)	1.527	CDI, TJPL e IPCA	64	128	(64)	(128)
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	44.447		1.295	2.589	(1.295)	(2.589)
Efeito no resultado	54.869		1.618	3.235	(1.618)	(3.235)

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2024 (12% em 2023). tendo como base os montantes registrados no final do exercício, conforme abaixo.

Controladora 2024			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	4.038		491
Títulos e valores mobiliários (6.2)	243	CDI e TJLP	31
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(13.732)		(1.668)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(9.451)		
Efeito no resultado			(1.146)

Consolidado 2024			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	6.044		734
Títulos e valores mobiliários (6.2)	1.102	CDI, TJPL e IPCA	194
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(40.085)		(4.870)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(32.939)		
Efeito no resultado			(3.942)

Controladora 2023			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	4.043		471
Títulos e valores mobiliários (6.2)	373	CDI e TJLP	45
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(19.282)		(2.246)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(14.866)		
Efeito no resultado			(1.730)

Consolidado 2023			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	8.895		1.036
Títulos e valores mobiliários (6.2)	1.527	CDI, TJPL e IPCA	257
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(44.447)		(5.178)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(34.025)		
Efeito no resultado			(3.885)

A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.

d. Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas

sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

e. Risco de realização de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas (vide nota explicativa nº 7).

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato de concessão. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	4.038	4.043	6.044	8.895
Títulos e valores mobiliários	6.2	243	373	1.102	1.527
Contas a receber de clientes	7	37.740	36.669	51.035	46.692
Dividendos a receber	9	2.155	2.555	-	-
Mútuos a receber partes relacionadas	15	12.842	13.470	-	-
Outras contas a receber		335	698	500	868
		57.353	57.808	58.681	57.982

		Controladora						PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4.038	-	-	-	-	-	-	-	4.038
Títulos e valores mobiliários	243	-	-	-	-	-	-	-	243
Contas a receber de clientes	11.039	3.123	288	-	294	225	22.889	(118)	37.740
Dividendos a receber	2.155	-	-	-	-	-	-	-	2.155
Mútuos a receber partes relacionadas	12.842	-	-	-	-	-	-	-	12.842
Outras contas a receber	335	-	-	-	-	-	-	-	335
	30.652	3.123	288	-	294	225	22.889	(118)	57.353

		Controladora						PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4.043	-	-	-	-	-	-	-	4.043
Títulos e valores mobiliários	373	-	-	-	-	-	-	-	373
Contas a receber de clientes	12.508	364	130	111	89	24	23.465	(22)	36.669
Dividendos a receber	2.555	-	-	-	-	-	-	-	2.555
Mútuos a receber partes relacionadas	13.470	-	-	-	-	-	-	-	13.470
Outras contas a receber	698	-	-	-	-	-	-	-	698
	33.647	364	130	111	89	24	23.465	(22)	57.808

		Consolidado						PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	6.044	-	-	-	-	-	-	-	6.044
Títulos e valores mobiliários	1.102	-	-	-	-	-	-	-	1.102
Contas a receber de clientes	20.858	4.131	792	-	1.083	1.121	23.375	(325)	51.035
Outras contas a receber	500	-	-	-	-	-	-	-	500
	28.504	4.131	792	-	1.083	1.121	23.375	(325)	58.681

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado							
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	8.895	-	-	-	-	-	-	8.895
Títulos e valores mobiliários	1.527	-	-	-	-	-	-	1.527
Contas a receber de clientes	16.707	3.533	1.354	711	280	165	24.048	46.692
Outras contas a receber	868	-	-	-	-	-	-	868
	27.997	3.533	1.354	711	280	165	24.048	57.982

f. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia e suas controladas depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas disponham de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	6.671	5.386	3.197	1.338	16.592	13.732
Fornecedores e outras contas a pagar	8.365	-	-	-	8.365	8.365
Passivo de arrendamento	16	-	-	-	16	16
	15.052	5.386	3.197	1.338	24.973	22.113

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	7.522	11.828	4.493	-	23.843	19.282
Fornecedores e outras contas a pagar	7.403	-	-	-	7.403	7.403
Passivo de arrendamento	79	-	-	-	79	79
	15.004	11.828	4.493	-	31.325	26.764

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	15.056	14.488	9.213	15.362	54.119	40.085
Fornecedores e outras contas a pagar	11.112	-	-	-	11.112	11.112
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	-	-	-	-	2.853
Passivo de arrendamento	57	-	-	-	57	57
	26.225	14.488	9.213	15.362	65.288	54.107

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	18.239	23.699	14.176	1.262	57.376	44.447
Fornecedores e outras contas a pagar	9.685	7	-	-	9.692	9.692
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	3.056	-	-	3.056	3.056
Passivo de arrendamento	177	-	-	-	177	177
	28.101	26.762	14.176	1.262	70.301	57.372

a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

g. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a companhia e suas controladas, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
 Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	13.732	19.282	40.085	44.447
Fornecedores e outras contas a pagar	8.365	7.403	11.112	9.692
Total Endividamento	22.097	26.685	51.197	54.139
(-) Caixa e caixa equivalente	(4.038)	(4.043)	(6.044)	(8.895)
(=) Endividamento líquido (a)	18.059	22.642	45.153	45.244
Patrimônio líquido	97.548	87.312	109.901	98.025
Capital social e endividamento líquido (b)	115.607	109.954	155.054	143.269
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	16%	21%	29%	32%

h. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

			Controladora			
			2024		2023	
Hierarquia do valor justo	Categoria		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	4.038	4.038	4.043	4.043
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	243	243	373	373
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	37.740	37.740	36.669	36.669
Outras contas a receber		Custo amortizado	335	335	698	698
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	12.842	12.842	13.470	13.470
Total			55.198	55.198	55.253	55.253
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	8.365	8.365	7.402	7.402
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	13.732	13.685	19.282	18.828
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	16	16	79	79
Total			22.113	22.066	26.763	26.309
			Consolidado			
			2024		2023	
Hierarquia do valor justo	Categoria		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	6.044	6.044	8.895	8.895
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	51.035	51.035	46.692	46.692
Outras contas a receber		Custo amortizado	500	500	868	868
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	1.102	1.102	1.527	1.527
Total			58.681	58.681	57.982	57.982
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	11.112	11.112	9.692	9.692
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	40.085	39.991	44.778	43.584
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	2.853	2.853	3.056	3.056
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	57	57	177	177
Total			54.107	54.013	57.703	56.509

A tabela a seguir apresenta as mudanças no passivo de nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora e Consolidado
	Contraprestação contingente a pagar em combinação de negócios
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	4.015
Pagamentos	(4.157)
Variação monetária de contraprestação contingente	142
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	-

i. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.
 A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes.
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2 e 3, exceto caixa e equivalentes de caixa.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Aspectos ambientais

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido o estendido, vide nota explicativa nº 20.

E as provisões de recuperação operacional do sistema de aterro da Companhia e suas controladas são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº20. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhuma provisão para riscos de perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

6.1 Caixa e equivalente de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	704	10	1.111	30
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.334	4.033	4.933	8.865
	4.038	4.043	6.044	8.895

CDBs são aplicações financeiras de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 98,30% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (68,55% em 31 de dezembro de 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

6.2 Títulos e valores mobiliários

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	-	61	116	317
Não circulante	243	312	986	1.210
	243	373	1.102	1.527

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras, para garantia de empréstimos bancários, as quais possuem remuneração atrelada à variação média de 93,34% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (60,32% em 31 de dezembro de 2023).

A exposição da Companhia e suas controladas sobre riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 4.f

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes públicos:				
Valores faturados	26.433	24.470	29.195	27.233
Medições a faturar	9.875	10.950	17.672	16.319
	36.308	35.420	46.867	43.552
Clientes privados:				
Valores faturados	772	628	2.969	2.017
Medições a faturar	551	490	1.518	1.229
	1.323	1.118	4.487	3.246
Perdas de crédito esperada	(118)	(22)	(325)	(106)
Partes relacionadas	227	153	6	-
Total	37.740	36.669	51.035	46.692
Circulante	14.822	13.218	27.827	22.864
Não circulante	22.918	23.451	23.208	23.828

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valores a vencer	11.039	12.508	20.858	16.707
Vencidos:				
Até 30 dias	3.123	364	4.131	3.533
Entre 31 e 60 dias	288	130	792	1.354
Entre 61 e 90 dias	-	111	-	711
Entre 91 e 180 dias	294	89	1.083	280
Entre 181 e 360 dias	225	24	1.121	165
Acima de 360 dias	22.889	23.465	23.375	24.048
PECLD	(118)	(22)	(325)	(106)
	37.740	36.669	51.035	46.692

A avaliação da perda de crédito esperada foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(22)	(1.789)	(106)	(2.580)
Provisão do exercício	(211)	(134)	(515)	(135)
Reversão do exercício	82	238	241	946
Perda Efetiva	33	1.663	55	1.663
Saldo final	(118)	(22)	(325)	(106)

8 Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
INSS	-	368	-	449
Pis e Cofins	980	1.106	1.156	1.417
IRPJ (a)	4.161	992	5.747	1.609
CSLL	437	349	511	415
Outros impostos	2	2	2	12
	5.580	2.817	7.879	3.902
Circulante	5.580	2.817	7.879	3.891
Não circulante	-	-	-	11

(a) Refere-se a retenções efetuadas por clientes públicos (prefeituras) conforme Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023. A alíquota era 1,2% para alguns casos e passou a ser obrigatória a 4,8%.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Dividendos a receber e a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 70% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a receber e a pagar são compostos como segue:

Dividendos a receber	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Controladas:				
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduo e Limpeza Urbana Ltda	1.575	1.575	-	-
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	580	980	-	-
	2.155	2.555	-	-
Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Acionistas:				
Revita Engenharia S.A.	2.301	2.301	2.311	2.311
Ambientis Soluções Ambientais S. A(Viasolo Engenharia Ambiental S.A.)	2.211	2.211	2.211	2.211
	4.512	4.512	4.522	4.522

10 Depósitos judiciais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósito Recursal	164	191	235	223
Depósito em Garantia	68	19	68	19
	232	210	303	242

11 Investimento

11.1. Relação das empresas da Viasolo e suas controladas organizadas por investidas

Empresas	Atividade principal	Local principal da operação	Classificação	Participação %	
				2024	2023
Alfenas Ambiental Trat. de Res. e Limp. Urbana Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Alfenas MG	Controlada	100,00%	100,00%
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Conselheiro Lafaiate – MG	Controlada	99,00%	99,00%
Resíduo Zero Ambiental S.A	Manejo de resíduos sólidos	Guapó – GO	Controlada	60,00%	60,00%

Participação de acionistas não controladores:

	31 de dezembro de 2024		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Ativo circulante	3.954	30	3.984
Ativo não circulante	15.440	82	15.522
Total do ativo	19.394	112	19.506
Passivo circulante	2.864	24	2.888
Passivo não circulante	4.198	67	4.265
Patrimônio líquido	12.332	21	12.353
Total do passivo e patrimônio líquido	19.394	112	19.506
Investimento	12.332	21	12.353
Lucro do exercício	1.632	8	1.640
% de participação no investimento	40,00%	1,00%	

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2023		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Ativo circulante	3.762	27	3.789
Ativo não circulante	14.821	104	14.925
Total do ativo	18.583	131	18.714
Passivo circulante	3.422	93	3.515
Passivo não circulante	4.462	24	4.486
Patrimônio líquido	10.699	14	10.713
Total do passivo e patrimônio líquido	18.583	131	18.714
Investimento	10.699	14	10.713
Lucro do exercício	544	3	547
% de participação no investimento	40,00%	1,00%	

Demonstrações de resultado em participação de acionistas não controladores:

	31 de dezembro de 2024		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Receita líquida	11.105	108	11.213
Custo	(7.743)	(80)	(7.823)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(315)	(4)	(319)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	3.047	24	3.071
Resultado financeiro	(911)	(13)	(924)
Lucro antes dos impostos	2.136	11	2.147
Imposto de renda e contribuição social	(504)	(3)	(507)
Lucro do exercício	1.632	8	1.640
% de participação no investimento	40,00%	1,00%	

	31 de dezembro de 2023		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Receita líquida	7.859	104	7.963
Custo	(6.167)	(79)	(6.246)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(234)	(4)	(238)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	1.458	21	1.479
Resultado financeiro	(869)	(17)	(886)
Lucro antes dos impostos	589	4	593
Imposto de renda e contribuição social	(45)	(1)	(46)
Lucro do exercício	544	3	547
% de participação no investimento	40,00%	1,00%	

Demonstrações dos fluxos de caixa em participação de acionistas não controladores:

	31 de dezembro de 2024		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.713	(1.618)	3.095
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.221)	(5)	(3.226)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.556)	1.724	(1.832)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.064)	101	(1.963)

	31 de dezembro de 2023		
	Resíduo Zero Ambiental S.A	Ecovia Valorização de Resíduos	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.282	16.355	17.637
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.277)	(15.306)	(18.583)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	4.872	(689)	4.183
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.877	360	3.237

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
 Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Saldos dos investimentos em controladas

Participações em controladas Empresa	Controladora	
	2024	2023
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	2.071	1.344
Resíduo Zero Ambiental S.A.	18.498	16.049
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	5.045	5.281
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	5.746	6.566
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	7.182
	7.182	7.182
Total investimentos	38.542	36.422

11.3. As movimentações dos investimentos são demonstradas a seguir:

Movimentação dos investimentos na controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.344	727	2.071
Resíduo Zero Ambiental S.A.	16.049	2.449	18.498
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	5.281	(236)	5.045
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	6.566	(820)	5.746
	29.240	2.120	31.360
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	-	7.182
	7.182	-	7.182
Total	36.422	2.120	38.542

Empresa	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.031	313	1.344
Resíduo Zero Ambiental S.A.	15.233	816	16.049
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	4.365	916	5.281
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	7.412	(846)	6.566
	28.041	1.199	29.240
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	-	7.182
	7.182	-	7.182
	35.223	1.199	36.422

11.4. Informações relativas as controladas

Empresa	31 de dezembro de 2024			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	500	100,00%	2.092	735
Resíduo Zero Ambiental S.A.	15.503	99,00%	30.831	4.081
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	3.168	60,00%	5.044	(236)

Empresa	31 de dezembro de 2023			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	3.168	100,00%	5.281	918
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	500	99,00%	1.357	316
Resíduo Zero Ambiental S.A.	15.503	60,00%	26.748	1.359

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
 Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Imobilizado

Controladora					
	Taxa média anual - %			2024	2023
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		29.076	(5.651)	23.425	17.359
Terrenos, edificações e construção civil	5%	3.198	(34)	3.164	507
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.444	(1.273)	171	232
Máquinas e equipamentos	10%	12.009	(4.030)	7.979	8.815
Móveis e utensílios	10%	414	(232)	182	170
Equipamentos de informática	20%	636	(334)	302	367
Veículos e equipamentos	20%	10.141	(8.955)	1.186	2.826
Imobilizado em andamento		3.263	-	3.263	7.812
		60.181	(20.509)	39.672	38.088

Consolidado					
	Taxa média anual - %			2024	2023
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		66.577	(9.361)	57.216	49.126
Terrenos, edificações e construção civil	5%	3.480	(55)	3.425	781
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	2.249	(1.399)	850	991
Máquinas e equipamentos	10%	18.505	(5.927)	12.578	11.104
Móveis e utensílios	10%	672	(351)	321	297
Equipamentos de informática	20%	939	(513)	426	496
Veículos e equipamentos	20%	10.688	(9.263)	1.425	3.169
Imobilizado em andamento		13.301	-	13.301	15.092
		116.411	(26.869)	89.542	81.056

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do imobilizado da controladora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composta como segue:

Controladora					
Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	22.153	-	-	6.923	29.076
Terrenos, edificações e construção civil	521	-	-	2.677	3.198
Benfeitorias em bens de terceiros	1.444	-	-	-	1.444
Máquinas e equipamentos	11.742	213	(223)	277	12.009
Móveis e utensílios	379	41	(7)	1	414
Equipamentos de informática	642	48	(66)	12	636
Veículos e equipamentos	10.141	-	-	-	10.141
Imobilizado em andamento	7.812	5.911	(570)	(9.890)	3.263
	54.834	6.213	(866)	-	60.181

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros:	(4.794)	(857)	-	-	(5.651)
Terrenos, edificações e construção civil	(14)	(20)	-	-	(34)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.212)	(61)	-	-	(1.273)
Máquinas e equipamentos	(2.927)	(1.148)	45	-	(4.030)
Móveis e utensílios	(209)	(29)	6	-	(232)
Equipamentos de informática	(275)	(112)	53	-	(334)
Veículos e equipamentos	(7.315)	(1.640)	-	-	(8.955)
	(16.746)	(3.867)	104	-	(20.509)
	38.088	2.346	(762)	-	39.672

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora					
Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	19.885	348	-	1.920	22.153
Terrenos, edificações e construção civil	89	279	-	153	521
Benfeitorias em bens de terceiros	1.453	-	(9)	-	1.444
Máquinas e equipamentos	11.729	63	(94)	44	11.742
Móveis e utensílios	390	35	(46)	-	379
Equipamentos de informática	474	199	(31)	-	642
Veículos e equipamentos	12.289	-	(2.148)	-	10.141
Imobilizado em andamento	5.373	4.556	-	(2.117)	7.812
	51.682	5.480	(2.328)	-	54.834
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(4.145)	(649)	-	-	(4.794)
Terrenos, edificações e construção civil	(10)	(4)	-	-	(14)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.114)	(107)	9	-	(1.212)
Máquinas e equipamentos	(1.842)	(1.157)	72	-	(2.927)
Móveis e utensílios	(227)	(24)	42	-	(209)
Equipamentos de informática	(213)	(92)	30	-	(275)
Veículos e equipamentos	(7.815)	(1.648)	2.148	-	(7.315)
	(15.366)	(3.681)	2.301	-	(16.746)
	(15.366)	1.799	(27)	-	38.088

A movimentação do imobilizado da consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composta como segue:

Consolidado					
Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	56.506	-	-	10.071	66.577
Terrenos, edificações e construção civil	804	-	(114)	2.790	3.480
Benfeitorias em bens de terceiros	2.249	-	-	-	2.249
Máquinas e equipamentos	15.358	3.113	(243)	277	18.505
Móveis e utensílios	608	70	(16)	10	672
Equipamentos de informática	917	85	(75)	12	939
Veículos e equipamentos	10.688	-	-	-	10.688
Imobilizado em andamento	15.092	11.825	(570)	(13.046)	13.301
	102.222	15.093	(1.018)	114	116.411
Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(7.380)	(1.981)	-	-	(9.361)
Terrenos, edificações e construção civil	(23)	(32)	-	-	(55)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.258)	(141)	-	-	(1.399)
Máquinas e equipamentos	(4.254)	(1.730)	57	-	(5.927)
Móveis e utensílios	(311)	(51)	11	-	(351)
Equipamentos de informática	(421)	(153)	61	-	(513)
Veículos e equipamentos	(7.519)	(1.744)	-	-	(9.263)
	(21.166)	(5.832)	129	-	(26.869)
	81.056	9.261	(889)	114	89.542

Consolidado					
Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	53.291	456	-	2.759	56.506
Terrenos, edificações e construção civil	289	354	(33)	194	804
Benfeitorias em bens de terceiros	1.730	528	(9)	-	2.249
Máquinas e equipamentos	14.326	1.007	(95)	120	15.358
Móveis e utensílios	612	55	(59)	-	608
Equipamentos de informática	733	236	(52)	-	917
Veículos e equipamentos	12.535	141	(2.148)	160	10.688
Imobilizado em andamento	6.216	10.675	-	(1.799)	15.092
	89.732	13.452	(2.396)	1.434	102.222
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(5.843)	(1.537)	-	-	(7.380)
Terrenos, edificações e construção civil	(12)	(11)	-	-	(23)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.132)	(135)	9	-	(1.258)
Máquinas e equipamentos	(2.935)	(1.450)	73	58	(4.254)
Móveis e utensílios	(316)	(45)	50	-	(311)
Equipamentos de informática	(337)	(133)	49	-	(421)
Veículos e equipamentos	(7.889)	(1.703)	2.146	(73)	(7.519)
	(18.464)	(5.014)	2.327	(15)	(21.166)
	71.268	8.438	(69)	1.419	81.056

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2024 e 2023, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

13 Intangível

O saldo da consolidado é composto como segue:

Consolidado				
		2024	2023	
Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Aterro e infraestrutura em aterros (*)	33.565	(14.232)	19.333	18.079
Benfeitorias em bens de terceiros	59	(17)	42	47
Máquinas e equipamentos	1.083	(589)	494	551
Veículos e equipamentos	2.391	(2.229)	162	249
Intangível em andamento	713	-	713	4.341
Software	30	(30)	-	-
Ônus de concessão	1.000	(604)	396	446
Mais valia de intangíveis:				
Concessões - mais valia	9.304	(3.560)	5.744	6.568
	48.145	(21.261)	26.884	30.281
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:				
Solvi				
Resíduo Zero Ambiental	7.182	-	7.182	7.182
	7.182	-	7.182	7.182
Total intangível	55.327	(21.261)	34.066	37.463

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade deresíduos efetivamente depositados comrelação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do intangível consolidado de 2024 e 2023 é composta como segue:

Consolidado					
Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	29.456	-	-	4.109	33.565
Benfeitorias em bens de terceiros	59	-	-	-	59
Máquinas e equipamentos	1.037	47	(1)	-	1.083
Veículos e equipamentos	2.491	-	(100)	-	2.391
Intangível em andamento	4.341	595	-	(4.223)	713
Software	30	-	-	-	30
Ônus de concessão	1.000	-	-	-	1.000
Mais valia de intangíveis:					
Concessões - mais valia	9.304	-	-	-	9.304
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:					
Resíduo Zero Ambiental	7.182	-	-	-	7.182
	54.900	642	(101)	(114)	55.327
Amortização	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(11.377)	(2.855)	-	-	(14.232)
Benfeitorias em bens de terceiros	(12)	(5)	-	-	(17)
Máquinas e equipamentos	(486)	(104)	1	-	(589)
Veículos e equipamentos	(2.242)	(87)	100	-	(2.229)
Software	(30)	-	-	-	(30)
Ônus de concessão	(554)	(50)	-	-	(604)
Mais valia de intangíveis:					
Concessões - mais valia	(2.736)	(824)	-	-	(3.560)
	(17.437)	(3.925)	101	-	(21.261)
Líquido	37.463	(3.283)	-	(114)	34.066

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	27.615	288	(1.208)	2.761	29.456
Benfeitoria em bens de terceiros	59	-	-	-	59
Máquinas e equipamentos	1.074	215	(34)	(218)	1.037
Veículos e equipamentos	2.793	-	(302)	-	2.491
Intangível em andamento	3.960	4.414	(56)	(3.977)	4.341
Software	145	-	(115)	-	30
Ônus de concessão	1.000	-	-	-	1.000
Mais valia de intangíveis:					
Concessões - mais valia	9.304	-	-	-	9.304
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:					
Resíduo Zero Ambiental	7.182	-	-	-	7.182
	53.132	4.917	(1.715)	(1.434)	54.900
Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(9.101)	(2.276)	-	-	(11.377)
Benfeitoria em bens de terceiros	(6)	(6)	-	-	(12)
Máquinas e equipamentos	(425)	(105)	29	15	(486)
Veículos e equipamentos	(2.117)	(427)	302	-	(2.242)
Software	(144)	(1)	115	-	(30)
Ônus de concessão	(504)	(50)	-	-	(554)
Mais valia de intangíveis:					
Concessões - mais valia	(1.892)	(844)	-	-	(2.736)
	(14.189)	(3.709)	446	15	(17.437)
Líquido	38.943	1.208	(1.269)	(1.419)	37.463

Teste de redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa (Teste de Impairment)

Em 2024, a Companhia avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização. O teste de valor recuperável é realizado anualmente por empresa especializada. O teste de impairment dos ágios das UGC de negócio, que inclui a Companhia, é baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de dezembro de 2024.

31 de dezembro de 2024			
UGC	ATIVO UGC	ÁGIO	Valor contábil
Resíduo Zero	42.378	7.182	.49.560

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Unidade geradora de caixa Resíduo Zero

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Resíduo Zero foi realizado até 31 de dezembro de 2059 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,7%.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso para as unidades mencionadas acima é mais sensível às seguintes premissas:

Receita

A receita é planejada conforme característica do aterro, sendo KI, KII ou Inertes, tem como premissa o crescimento de resíduo com lastro no PIB (principalmente o resíduo proveniente de indústrias) e/ou tendência de crescimento do volume por região. A base histórica serve de apoio neste momento. Lembrando que como em toda meta, tem o desafio de buscar novos clientes para maximização da receita. O crescimento populacional por região/cidade atendida foi um apoio para os estudos das áreas

comerciais principalmente para os resíduos urbanos. Com relação ao preço, os contratos no geral têm como indexador de reajuste o IPCA, com prazos médios de 1 ano renováveis. Adicionalmente contratos ativos e que não possuem sinalização de concorrências no ano seguinte, ou que há o cenário de confiança para renovação (satisfação do cliente, histórico do cliente, competitividade da GRI nos contratos, etc), se avalia a série histórica de cada contrato, prevendo ganhos de reajuste de preço com base em índices contratuais e índices de reajuste de mão de obra, e ponderando possíveis oscilações de mercado com a venda de recicláveis (Ex: relatório Anguti para aparas de papelão). Novos Negócios: com base nas concorrências em andamento no ano base, e com o "termômetro comercial" (funil de vendas - probabilidade de fechamento), projetamos o desafio comercial para o ano seguinte. Como premissa geral, a receita é ajustada de modo a preservar a rentabilidade do negócio do ano base, salvo exceções de grandes desmobilizações.

EBITDA

Considera a margem histórica, estimativa de correção de preço, bem como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos e crescimento de receita.

Impostos Diretos

Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação de cada entidade. Taxa de Desconto.

Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01/IAS 36.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade de deterioração do ágio, a Companhia considerou reduções no valor de uso de cada unidade geradora de caixa, expressas em pontos percentuais (p.p.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:
- Diminuindo 5%, 10% e 15%.

14 Fornecedores e contas a pagar

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	3.119	2.275	5.983	4.961
Partes relacionadas – nota 15	5.212	5.128	5.051	4.731
	8.331	7.403	11.034	9.692
Circulante	8.331	7.403	11.034	9.685
Não circulante	-	-	-	7

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Partes relacionadas**a. Controladora**

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	4.612	4.510	(9.072)	(8.072)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	145	131	(1.376)	(1.558)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	-	-	2	-	(41)	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	-	1	(1)	(11)
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	-	-	(5)	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduo e Limpeza Urbana Ltda	69	67	432	486	(3.995)	(5.155)
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	158	86	-	-	511	586
Resíduo Zero Ambiental S.A.	-	-	-	-	406	5
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	3
Revita Engenharia S.A.	-	-	21	-	-	255
	227	153	5.212	5.128	(13.573)	(13.947)
Mútuos						
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	(100)
Vega Valorização de Resíduos S.A.	-	-	-	-	385	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduo e Limpeza Urbana Ltda	8.554	3.524	-	-	927	881
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	5.356	-	-	504	661
Resíduo Zero Ambiental S.A.	4.288	4.590	-	-	657	738
	12.842	13.470	-	-	2.473	2.180
Total						
	13.069	13.623	5.212	5.128		
Circulante	8.781	11.300	5.212	5.128		
Não circulante	4.288	2.323	-	-		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre a Companhia e demais empresa do Grupo Solví Essencis e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	2	-	4.612	4.510	(2.089)	(8.024)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	245	219	-	(2.487)
Emergenciall Emergências Ambientais Ltda	-	-	110	-	(5)	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	2	-	-	-	-	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	2	-	-	2	-	(27)
Revita Engenharia S.A.	-	-	84	-	-	255
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	(9)
	6	-	5.051	4.731	(2.094)	(10.292)
Mútuos						
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	(100)
Eco Participações Ltda.	-	-	2.853	3.056	-	(377)
	-	-	2.853	3.056	-	(477)
Total	6	-	7.904	7.787		
Circulante	6	-	5.051	4.731		
Não circulante	-	-	2.853	3.056		

Movimentação de mútuos no ativo:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	13.470	10.034
Aplicação	4.191	13.357
Juros	2.234	2.282
Recebimento de juros	(72)	(234)
Recebimento do principal	(7.208)	(11.969)
Encargos	227	-
Saldo final	12.842	13.470

Movimentação de mútuos no passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	-	1.037	3.056	2.571
Captação	-	920	-	2.920
Juros	-	82	220	383
Pagamento de juros	-	(138)	(480)	(138)
Pagamento do principal	-	(1.910)	-	(2.727)
Encargos	-	9	57	47
Saldo final	-	-	2.853	3.056

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$2.043 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.754 em 2023).

16 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Financiamento de projetos	Pré-fixado de 6,14% a 6,16% a.a.					
	TJLP + 5,50% a 5,90% a.a.					
	IPCA de 3,03% a 9,11% a.a.					
	CDI + 2,80% a 3,95% a.a.					
	SELIC 4,30% a 4,90% a.a.	Jan/25 a Out/31	9.338	11.541	35.560	33.243
Financiamento de veículos e equipamentos	Pré-fixado de 8,47% a.a.					
	CDI + 2,75% a.a. a 4,04% a.a.	Mar/25 a Dez/27	4.394	7.741	4.395	7.940
	CDI + 1,94% a.a. a 3,95% a.a.	Jan/25	-	-	130	3.264
			13.732	19.282	40.085	44.447
Circulante			5.250	5.651	10.621	14.612
Não circulante			8.482	13.631	29.464	29.835

Os montantes não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025	-	5.142	-	8.935
2026	4.455	4.463	10.607	8.562
Após 2027	4.027	4.026	18.857	12.338
	8.482	13.631	29.464	29.835

A movimentação de empréstimos e financiamentos controladora e consolidado estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	11.541	-	1.155	(1.141)	(2.217)	9.338
Financiamento de veículos e equipamentos	7.741	-	778	(786)	(3.339)	4.394
	19.282	-	1.933	(1.927)	(5.556)	13.732

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	33.243	8.660	4.376	(4.658)	(6.061)	35.560
Financiamento de veículos e equipamentos	7.940	-	793	(802)	(3.536)	4.395
Empréstimo	3.264	-	253	(265)	(3.122)	130
	44.447	8.660	5.422	(5.725)	(12.719)	40.085

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2023
Financiamento de projetos	7.196	6.000	670	(695)	(1.630)	11.541
Financiamento de veículos e equipamentos	10.326	-	1.234	(1.242)	(2.577)	7.741
	17.522	6.000	1.904	(1.937)	(4.207)	19.282

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2023
Financiamento de projetos	19.624	19.540	2.263	(2.787)	(5.397)	33.243
Financiamento de veículos e equipamentos	6.750	-	838	(840)	(3.484)	3.264
Empréstimo	10.723	-	1.282	(1.291)	(2.774)	7.940
	37.097	19.540	4.383	(4.918)	(11.655)	44.447

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e nos casos em que há sócios, na proporção de sua participação societária. Na eventualidade da Companhia e suas controladas fornecerem garantia integral para uma controlada conjunta, há contragarantia do sócio.

Os financiamentos com recursos do BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$33.286 em 31 de dezembro de 2024 (R\$24.946 em 31 de dezembro de 2023).

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

Não há covenants atrelados aos contratos da Companhia e de suas subsidiárias.

17 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e 13º salários	1.149	1.172	1.536	1.473
Encargos trabalhistas	915	879	1.178	1.127
Férias	3.457	3.273	4.299	3.910
Participação nos resultados	1.182	721	1.353	881
Outros	93	139	97	163
	6.796	6.184	8.463	7.554

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderem, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos incorridos com a manutenção do plano totalizam R\$132 na controladora e R\$158 no consolidado (R\$117 na controladora e R\$137 no consolidado em 2023), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Foram constituídas provisões para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, o valor na Controladora de R\$1.182 e no consolidado o valor de R\$1.353 em 31 de dezembro de 2024 (R\$721 na Controladora e R\$881 no Consolidado em 2023).

18 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS	619	525	1.172	912
PIS	315	484	530	608
Cofins	1.772	2.546	2.737	3.118
ICMS	15	-	71	6
IRRF	123	112	174	152
INSS Retido	26	-	47	97
ISS Retido	77	61	103	71
Parcelamentos fiscais(a)	4.168	4.368	4.482	4.526
IRPJ/CSLL	2.854	271	3.073	531
Outros	7	76	10	81
	9.976	8.443	12.399	10.102
Circulante	7.991	6.559	10.111	8.145
Não circulante	1.985	1.884	2.288	1.957

- (a) Refere-se a tributos federais não recolhidos a partir de 2020. Em março de 2020 foi adotado o parcelamento simplificado de débitos não previdenciários. Em dezembro de 2022, a Companhia adotou um novo parcelamento de impostos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins, referente ao período de vencimento de outubro de 2021 à abril de 2022.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(2.206)	(1.887)	(2.198)	(2.117)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	70	198	269	395
Provisão para transporte de chorume	124	-	493	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	7	40	7
Provisões contingências	98	47	98	47
Prov. Transporte de chorume	-	48	440	244
Provisão de participações no resultado	402	245	-	294
Mais valia de ativos	(1.954)	(2.233)	(1.954)	(2.233)
IFRS 16	1.208	-	1.189	1
Outros	-	-	(4)	12
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(2.218)	(3.575)	(1.627)	(3.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	-	-	591	225
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.218)	(3.575)	(2.218)	(3.575)

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	13.846	15.364	16.927	16.616
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(4.708)	(5.224)	(5.755)	(5.649)
Incentivos	708	1.030	773	1.076
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	721	409	-	-
Brindes/multas indedutíveis	(12)	(12)	(7)	(24)
Bônus/doações/patrocínios	(71)	(82)	(141)	(116)
Amortização de mais valia	-	287	-	-
Ajuste de inventário	(5)	-	(47)	(2)
Outras diferenças permanentes	255	(60)	128	35
Perda por inadimplência	-	(85)	(7)	(240)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	(498)	186	(498)	305
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	-	-	503	359
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.610)	(3.551)	(5.051)	(4.256)
Corrente	(5.416)	(4.191)	(7.223)	(5.042)
Diferido	1.357	(166)	1.723	(20)
Lucro de Exploração	449	806	449	806
Alíquota efetiva	26,07%	23,11%	29,84%	25,61%

20 Provisões

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	289	138	350	181
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	207	582	1.138	1.851
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	364	140	1.828	1.164
	860	860	3.316	3.196

a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são citadas em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável.

Os saldos finais e as respectivas movimentações das provisões por natureza dos processos com risco de perda provável estão demonstrados a seguir:

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2022	-	234	-	234
Adições	-	15	-	15
Reversões	-	(111)	-	(111)
Saldo em 31/12/2023	-	138	-	138
Adições	-	163	-	163
Reversões	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31/12/2024	-	289	-	289

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2022	20	303	-	323
Adições	-	14	-	14
Reversões	(20)	(136)	-	(156)
Saldo em 31/12/2023	-	181	-	181
Adições	-	188	-	188
Reversão	-	(19)	-	(19)
Saldo em 31/12/2024	-	350	-	350

Em 31 de dezembro de 2024, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia e suas controladas com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$65.474 para Controladora e o Consolidado (R\$65.534 Controladora e o consolidado, em 31 de dezembro de 2023).

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Empresa	Número do Processo	Área Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	5007886-45.2017.8.13.0223	Cível	Objeto: Contratos 016/2009 e 038/2009 Ministério Público alega que a prática de atos improbidade e Superfaturamento no preço dos serviços prestados pela Viasolo Engenharia Ambiental S/A à municipalidade relativas à limpeza urbana. O juiz de primeiro grau não recebeu a petição do Ministério Público. O processo foi remetido para segunda instância do Tribunal de Justiça e está com vista para Procuradoria-Geral de Justiça, para manifestação sobre a possibilidade de não conhecimento do pedido formulado pelo apelante de designação de novo magistrado para eventual julgamento desta ação na instância de origem, em virtude da inobservância da forma prevista no art. 146, do CPC.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$7.737
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	0394656-98.2013.8.13.0027	Cível	Objeto: Licitação 379/2006 - Contrato 518/2007, sendo alegado pelo Ministério Público supostos atos de improbidade administrativa, Superfaturamento e danos ao erário. Foi pedido pelo Ministério Público o bloqueio de bens, mas houve indeferimento na 1ª e 2ª instância do TJ/MG. Defesa Prévia e Contestação foram protocoladas. Processo na fase de instrução onde o juiz intimou o Ministério Público para virtualização do Inquérito Civil Público.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$5.728
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	0234914-03.2017.8.13.0672	Cível	Ação de improbidade em que se alega a existência de condutas que configurariam improbidade administrativa decorrentes de suposto superfaturamento de preços em contratação pública. Inexiste qualquer ato decisório relativo à medida liminar e remanescendo mandados de citação por ainda serem cumpridos. Defesa prévia apresentada. Em 17/11/2021, a Viasolo peticionou explorando a Lei nº 14.230/21, e, em 03/08/2022, o réu Lairson Couto requereu a aplicação da prescrição intercorrente. O Ministério público manifestou em desfavor da aplicação da nova lei e sua irretroatividade. O processo está concluso com o juiz para decidir.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$4.242

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável), uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infraestrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.).
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias.
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado.
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro.
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.).
- Custos de tratamento de percolado.
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por sítio (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do sítio e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários conforme demonstrado abaixo. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,74% ao ano (12,10% ao ano 2023). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	582	570	1.851	1.498
Constituição de provisão	57	12	380	470
Reversão / realização da provisão	(432)	-	(1.093)	(117)
Saldo final	207	582	1.138	1.851

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	140	303	1.164	1.222
Constituição de provisão	462	162	2.150	1.637
Reversão da provisão	(238)	(325)	(1.486)	(1.695)
Saldo final	364	140	1.828	1.164

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

21 Patrimônio líquido**21.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social, subscrito e integralizado era de R\$26.367, dividido em 26.367 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

21.2 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Antes da realização da constituição da reserva legal, ela é ajustada observando o incentivo de exploração.

21.3 Reserva de capital

Em 30 de novembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R\$580 em decorrência da diferença entre o valor nominal da ação emitida e do preço de emissão. Em 2024 e 2023, não houve constituição de reserva de capital.

21.4 Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 70% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Em 2024 e 2023, a Companhia não distribuiu dividendos, conforme deliberado em AGE (assembleia geral extraordinária) de acionistas em 30 de dezembro de 2024 e 29 de dezembro de 2023, respectivamente.

21.5 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

21.6 Reserva de subvenção para investimento

Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes públicos	105.316	100.011	127.428	125.897
Clientes privados	6.277	7.194	37.331	23.993
Receita partes relacionadas	1.256	150	4.092	47
Total receita de serviços	112.849	107.355	168.851	149.937
Receita de construção	-	-	641	1.882
Total receita bruta	112.849	107.355	169.492	151.819
<i>Deduções sobre as vendas:</i>				
ISS	(5.109)	(4.860)	(8.003)	(6.932)
PIS	(1.862)	(1.757)	(2.874)	(2.562)
COFINS	(8.577)	(8.093)	(13.238)	(11.801)
Total de deduções sobre vendas	(15.548)	(14.710)	(24.115)	(21.295)
Receita líquida	97.301	92.645	145.377	130.524

23 Custos dos serviços prestados

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos	(41.216)	(39.611)	(52.147)	(48.330)
Aluguel	(2.867)	(2.129)	(8.519)	(4.779)
Depreciações	(3.929)	(3.728)	(9.876)	(8.827)
Materiais aplicados nos serviços	(9.661)	(9.808)	(15.954)	(15.729)
Serviços de terceiros (a)	(24.050)	(22.886)	(28.072)	(26.953)
Créditos fiscais (b)	3.019	3.580	5.149	5.608
Custo de bens reversíveis	-	-	(641)	(1.882)
Energia elétrica	(71)	(69)	(511)	(315)
Fechamento de aterro	375	(12)	713	(353)
Cessão de direito	-	-	(298)	(272)
Outros custos de produção	(2.148)	(1.883)	(4.219)	(3.345)
	(80.548)	(76.546)	(114.375)	(105.177)

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a manutenção, transportes de resíduos e destinação de aterro.
(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS.

24 Despesas comerciais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(96)	104	(219)	811
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(33)	(249)	(55)	(707)
Patrocínios, brindes e doações	(81)	(128)	(145)	(208)
Propaganda e publicidade	-	(31)	-	(75)
Outros	(77)	(20)	(101)	(20)
	(287)	(324)	(520)	(199)

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Despesas administrativas

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração direta mão de obra	(1.764)	(615)	(1.779)	(615)
INSS	(260)	(106)	(260)	(106)
Benefícios	(210)	(74)	(211)	(74)
FGTS	(65)	(28)	(65)	(28)
Aluguéis	(7)	-	(7)	-
Materiais	(249)	(5)	(497)	(5)
Serviços de Terceiros (a)	(456)	(257)	(834)	(652)
Tributos, Seguros e Contribuições	(5)	(4)	(7)	(6)
Viagens e Estadias	(14)	-	(14)	-
Despesas serviços compartilhados	(1.831)	(1.558)	(3.129)	(2.487)
Outros	(40)	-	(62)	-
	(4.901)	(2.647)	(6.865)	(3.973)

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros, são referentes a reembolso de despesas de gestão e assistência técnica financeira e planejamento.

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras receitas (despesas) eventuais (a)	2.399	2.124	2.901	1.965
Resultado venda de imobilizado	(227)	(26)	(351)	(40)
Ganho / (perda) na remensuração do valor justo de contraprestação contingente	-	(142)	-	(142)
Provisões para contingenciais	(151)	96	(169)	142
Despesas com contingenciais	(95)	(362)	(129)	(427)
Patrocínio e doações	(158)	(143)	(211)	(171)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(205)	(182)	(265)	(262)
	1.563	1.365	1.776	1.065

(a) Refere-se substancialmente a recuperação de créditos fiscais.

27 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas juros sobre contratos	2.238	2.281	-	-
Variação monetária ativa	-	1	47	19
Rendimentos sobre aplicações financeiras	387	321	855	558
Correção de depósitos judiciais	35	61	39	61
Juros recebidos e descontos obtidos	76	236	128	1.394
Outras receitas financeiras	286	173	352	184
Total receitas financeiras	3.022	3.073	1.421	2.216
Variação monetária passiva	-	(142)	(168)	(145)
Despesas bancárias	(201)	(375)	(807)	(1.019)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	-	(100)	(440)	(477)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(3)	(5)	(6)	(13)
Despesas com multas e moras financeiras	(30)	(105)	(85)	(148)
Tributos sobre movimentações financeiras	(696)	(770)	(1.398)	(1.655)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(1.933)	(1.904)	(5.422)	(4.383)
Total despesas financeiras	(2.863)	(3.401)	(8.326)	(7.840)
Total	159	(328)	(6.905)	(5.624)

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Cobertura de seguros

A administração da Companhia avalia que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

A cobertura dos seguros contratados pela Companhia e suas controladas estava composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguro patrimonial	6.425	59.033	16.056	59.033
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000	40.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000	120.000	30.000
	46.425	99.033	176.056	99.033

29 Contrato de concessão

Conforme disposto pelo ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros por suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverão ser registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. As controladas da Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma as suas controladas registraram seus ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2024		
	Alfenas	Ecovia	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:			
Aterro e infra em aterros	13.049	6.981	20.030
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:			
Terrenos e edificações e construção civil	-	55	55
Máquinas e equipamentos	318	177	495
Veículos e equipamentos	163	-	163
Ônus de Concessão	396	-	396
	13.926	7.213	21.139

	31 de dezembro de 2023		
	Alfenas	Ecovia	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:			
Aterro e infra em aterros	11.593	6.486	18.079
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:			
Benfeitorias em bens de terceiros	-	47	47
Máquinas e equipamentos	327	224	551
Veículos e equipamentos	249	-	249
Ônus de Concessão	446	-	446
Intangível em andamento	1.586	2.755	4.341
	14.201	9.512	23.713

Viasolo Engenharia Ambiental S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	Serviços Públicos de Coleta dos Resíduos Sólidos, Tratamento, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do Município de Alfenas /MG	20 anos à partir de 18 de janeiro de 2012	R\$ 17.276	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Prestar os serviços concedidos; preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; solicitar a confidencialidade de informação colhida no exercício da atividade de fiscalização; realizar obras; prover os investimentos necessários; garantir o destino final dos resíduos sólidos; prestar informação e contas da prestação do serviço.	Pode ser prorrogado por mais 10 anos se manifestado o interesse entre as partes e a indicação dos interesses públicos que motivam a prorrogação e estudo prévio de viabilidade econômico financeira.		Houve aditivo entre as partes reajuste de preços praticados pela Concessionária. 7,41% retroativo à Janeiro/2025
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	Prestação de serviços de operação, manutenção e ampliação do aterro sanitário/usina de triagem e compostagem, em fase de licenciamento. Implantação, manutenção e operação de unidade de tratamento de resíduos de serviço de saúde a licenciar, sistema de queima de Biogás a licenciar, de acordo com as diretrizes de projetos denominados MDL.	15 anos à partir de 10 de junho de 2014	R\$ 12.232	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	100% dos itens necessários para execução do contrato.	Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados; responder por danos causados diretamente à concedente.	A renovação do contrato depende do enquadramento às condições, diretrizes, requisitos e pressupostos.	Será vedado a Concessionária receber resíduos sólidos do Município consorciado que esteja inadimplente com repasses estipulados nos contratos de rateio e de programa com a ECOTRES.	Houve aditivo entre as partes reajuste de preços praticados pela Concessionária. 4,05% retroativo à Agosto/2024